

Baixa escolaridade atrasa o país

Seminário discute, em Brasília, medidas para ampliar nível escolar do trabalhador e melhorar a competitividade do país

Lisandra Paraguassú
Da equipe do **Correio**

O trabalhador brasileiro não chega a frequentar quatro anos de escola. Entre os que estão empregados, a escolaridade sobe um pouco: cerca de 5,5 anos. No serviço público — incluindo os governos federal, estaduais e municipais — há cerca de 30% de funcionários que não completaram o 1º grau. “Isso numa avaliação otimista. A percentagem de servidores com baixa escolaridade pode ser maior”, considera Nassim Mehedff, secretário

de Formação Profissional do Ministério do Trabalho.

“O problema maior é que a produtividade do país fica comprometida com a baixa escolaridade”, diz Mehedff. O alerta havia sido feito pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) ao lançar, na terça-feira, o relatório *Situação Mundial da Infância* sobre educação. Se o país não cuidar de aumentar a escolaridade de seus trabalhadores, vai ficar para trás no mercado internacional.

Um trabalhador de baixa escolaridade traz dois problemas. O primeiro é o emprego. Sem pelo menos o 1º

grau completo, fica cada vez mais difícil encontrar um novo lugar no atual mercado. O segundo, é a dificuldade de adaptação.

Com pouco estudo, o trabalhador fica preso àquilo que aprendeu a fazer uma vez. Se a empresa muda, compra uma máquina nova, com alta tecnologia, ele terá problemas para aprender uma nova função. Se perde o emprego, não conseguirá se adaptar a uma nova ocupação com facilidade. “Essa é o que eu chamo da grande crise da empregabilidade do Brasil”, afirma Mehedff. “Se o país não tivesse o problema da escolaridade dessa crise que está aí nos atingiria de forma mais branda.”

No serviço público, o problema dos funcionários com escolaridade baixa se reflete diretamente na qualidade do trabalho prestado. Em pequenas prefeituras do interior, prin-

cipalmente no Nordeste, a escolaridade dos servidores costuma ser pouca. Entre os de baixo escalão, costuma haver várias pessoas analfabetas. “Numa cidade onde 80% da população acima de 15 anos mal sabe assinar o nome o serviço público vai refletir isso”, diz Mehedff.

PROJETOS

O quadro é ruim, mas as melhorias começam a aparecer. O Plano de Formação Profissional (Planfor) do Ministério do Trabalho trabalha desde 1995 com a qualificação de trabalhadores em todos os estados brasileiros. Completando três anos e meio, o programa e seus resultados vão ser avaliados em um seminário que começa hoje em Brasília.

O governo federal já gastou R\$ 1 bilhão no Planfor, tudo em convênios feitos através de secretarias de Traba-

lho dos estados. “O Planfor não coordena programas”, explica o secretário. “Nós financiamos e avaliamos os acordos feitos pelas Secretarias de Trabalho com outras entidades.”

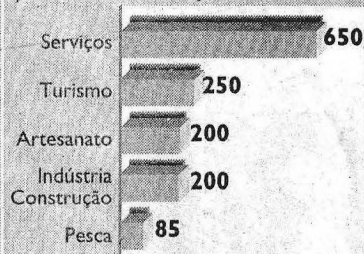
Até hoje, cerca de duas mil instituições se associaram ao plano, entre escolas técnicas, universidades e grupos como Senai e Senac. No final de 1998, o Planfor terá feito a requalificação de 5,2 milhões de trabalhadores. O custo de cada aluno fica em cerca de R\$ 192. “Minha avaliação é de que foi muito bom, porque o benefício foi alto com o que tínhamos, e conseguimos chegar na ponta, onde está o problema”, diz Mehedff.

Dos 5,2 milhões de alunos treinados, cerca de 55% eram desempregados quando iniciaram o curso. Em 1997, 28% conseguiram emprego depois de ter feito a qualificação. A maior parte mudou de área de atuação.

QUALIFICAÇÃO

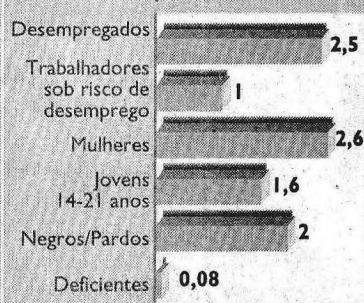
MERCADO

Em milhares de alunos
Setores em expansão beneficiados pelo Plano de Formação Profissional



TRABALHADORES

Em milhões
Grupos beneficiados pelo Plano de Formação Profissional



Fonte: Ministério do Trabalho